

## OS SUJEITOS QUE NUNCA FORAM HISTÓRICOS – UMA CRÍTICA DO MARXISMO EUROCÊNTRICO

## THE SUBJECTS WHO HAVE NEVER BEEN HISTORICAL – A CRITICISM TO EUROCENTRIC MARXISM

## LOS SUJETOS QUE NUNCA FUERON HISTÓRICOS – UNA CRÍTICA AL MARXISMO EUROCÉNTRICO

João Aldeia<sup>1</sup>  
Elísio Estanque<sup>2</sup>

*Tinha estudado com fervor e com vaidade quase todas as páginas de não sei que manual comunista; o materialismo dialéctico servia-lhe para encerrar qualquer discussão. As razões que pode ter um homem para odiar outro ou para gostar dele são infinitas: Moon reduzia a história universal a um sórdido conflito económico. Afirmava que a revolução está predestinada a triunfar. Eu disse-lhe que a um gentleman só podem interessar causas perdidas...*

— Jorge Luis Borges, “A forma da espada”, in *Ficções*

— ... Mr. Marx has said: Socialism is INEVITABLE. Why I myself am a testament to its increasing influence. I am undoubtably a product of the middle classes yet none espouse socialism more volubly than I.

— My point precisely, Mr. Lees. My point precisely.

— What do you mean?

— I mean MOST socialists are middle class... your late friend Mr. Hardie for one. Mr. Ramsay, leader-of-his-majesty's-bloomin'-opposition Macdonald for another. Now, meself, I come from a working family. We vote Tory, always have done. The working class don't WANT a revolution Mr. Lees: they just want more money.

— Alan Moore, *From Hell*

### RESUMO:

Apesar das suas limitações, o marxismo clássico continua a ser uma teoria imprescindível para apreender criticamente a contemporaneidade. Contudo, determinados dos seus pressupostos são insustentáveis. Partindo de uma *crítica construtiva do marxismo*, nomeadamente ao seu carácter eurocentrado, este texto procura desconstruir a noção do proletariado como *sujeito histórico*, considerando-a empiricamente inverificável. Não havendo grupos predestinados a conduzir o processo de mudança sócio-histórica, a emancipação real dos oprimidos do mundo

<sup>1</sup> Mestrando em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), licenciado em sociologia na mesma instituição, em Portugal. E-mail: [alvesaldeia@gmail.com](mailto:alvesaldeia@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra (UC). Sociólogo especializado em questões de trabalho, sindicalismo, desigualdades, movimentos e classes sociais. Professor do departamento de Sociologia da FEUC e investigador no Centro de Estudos Sociais (CES) da UC, Portugal. E-mail: [elisio.estanque@gmail.com](mailto:elisio.estanque@gmail.com)



tem forçosamente que articular as lutas das classes trabalhadoras com as de todos os outros grupos dominados no sistema-mundo.

**Palavras-chave:** Classe trabalhadora. Emancipação. Eurocentrismo. Marxismo. Sujeito histórico.

**ABSTRACT:**

Despite its limitations, classical Marxism remains an essential theory for the critical understanding of contemporaneity. However, some of its assumptions are unsustainable. Starting from a constructive criticism of Marxism, namely of its Eurocentered nature, this article attempts to deconstruct the notion of the proletariat as *historical subject*, considering it empirically unverifiable. If there are no groups destined to lead the process of socio-historical change, the real emancipation of the oppressed of the world has necessarily to articulate the struggles of the working classes with those of all the other dominated groups in the world-system.

**Key words:** Working class. Emancipation. Eurocentrism. Marxism. Historical Subject.

**RESUMEN:**

A pesar de sus limitaciones, el marxismo clásico sigue siendo una teoría esencial para la comprensión crítica de la contemporaneidad. Sin embargo, algunos de sus supuestos son insostenibles. Desde una *crítica constructiva del marxismo*, en particular su carácter euro centrado, este artículo pretende deconstruir la noción del proletariado como *sujeto histórico*, considerándolo empíricamente inverificable. Si ningún grupo es predestinado a conducir el proceso de cambio socio-histórico, la emancipación real de todos los oprimidos del mundo tiene que articular las luchas de las clases obreras con las de todos los demás grupos dominados en el sistema-mundo.

**Palabras claves:** Clase obrera. Emancipación. Eurocentrismo. Marxismo. Sujeto histórico.

## CONSTRUIR O MARXISMO COMO PROCESSO PARA DEIXAR DE LHE CHAMAR MARXISMO

De acordo com Wright e Burawoy (2001, p.459-461), quatro posturas básicas existem nas discussões sobre o marxismo clássico como teoria social.<sup>3</sup> (1) A primeira delas – uma postura que pode, por vezes, assumir contornos dogmáticos ou ideológicos – passa por uma tentativa de *propagar o marxismo*, i.e., de o tornar cognitivamente acessível a todos os grupos sociais, particularmente às classes oprimidas, partindo do princípio de que este é uma teoria completa do mundo social e do capitalismo em particular. (2) Em segundo lugar, é também notória a tentativa de *enterrar o marxismo*, apresentando-o como uma teoria que, mais do que ser

<sup>3</sup> Burawoy (2000) identifica somente três destas perspectivas – sob designações diferentes das que surgem em Wright e Burawoy (2001) –, ignorando a *propagação do marxismo*.

inadequada para entender o mundo, pode inclusivamente ser perigosa para a coesão social. Para esta posição, o carácter duradouro desta teoria provém somente da sua instrumentalização ideológica por parte de movimentos sociais e partidos políticos. (3) Uma terceira atitude procura *usar o marxismo* clássico, reconhecendo que este é uma teoria com pontos problemáticos e, hoje, com certas teorizações anacrónicas, *mas* que apresenta ainda um conjunto de ideias, conceitos, *etc.* de enorme utilidade e valor heurístico, pelo que estas devem ser preservadas. Em suma, é uma apropriação de determinados conceitos e ideias, assumindo que o seu uso não implica uma aceitação total da(s) teoria(s) marxista(s). (4) Por último, há ainda a possibilidade de *construir o marxismo* [*building marxism*], vendo-o como um conjunto de ferramentas teóricas e conceptuais fundamentais para compreender o mundo e, eventualmente, para procurar mudá-lo numa direcção emancipatória. Nem todos os elementos do marxismo clássico apresentam a mesma relevância neste processo, havendo alguns inteiramente inadequados para uma boa compreensão do mundo. Por este motivo, o marxismo deve estar sempre aberto à crítica e à transformação e, em última análise, à reconstrução. Para Wright e Burawoy, “se o nosso objectivo é aumentar a nossa capacidade de compreender o mundo para o mudar, construir o marxismo é uma tarefa essencial” (WRIGHT E BURAWOY, 2001, p.460).<sup>4</sup>

É nesta perspectiva que estes autores (WRIGHT E BURAWOY, 2001) afirmam colocar-se, considerando esta postura para com o marxismo a mais ambiciosa das quatro na medida em que ela implica uma vontade de contestar a ordem capitalista e de procurar alternativas. Contudo, é possível aceitar algumas ideias marxistas, buscar a emancipação e criticar o sistema capitalista moderno e reconhecer que, para além do marxismo, outras influências – do Norte e do Sul – são igualmente fulcrais para o processo. Assim, se elas são incorporadas, fará ainda sentido designarmos o resultado final como marxismo? Não se tornará antes ele numa qualquer forma de teoria crítica contra-hegemónica *com influências marxistas*? Respondendo afirmativamente a esta interrogação, para os objectivos deste ensaio, aceita-se a conceptualização de Wright e Burawoy (2001) a este respeito mas rejeita-se a terminologia adoptada pelos autores.<sup>5</sup> Procurar-se-á, deste modo, criticar

---

<sup>4</sup> Todas as citações em língua que não o português se encontram por nós traduzidas.

<sup>5</sup> O mesmo vale para a postura que procura *desenvolver o marxismo*, em Burawoy (2000), muito semelhante à *construção do marxismo* referida em Wright e Burawoy (2001). Ou seja, aceita-se a

a teoria marxista clássica em determinados pontos que surgem como claramente inadequados para a compreensão de um mundo que não se pode reduzir ao Ocidente Norte do século XIX e início do século XX, nomeadamente, a unilinearidade histórica, a tendência para a redução do Real ao antagonismo bipolarizado e, decorrendo das ideias anteriores, a noção de sujeito histórico. Far-se-á isto partindo do princípio de que, também no caso do marxismo, “as crescentes desigualdades do mundo contemporâneo exigem que as abordagens críticas sejam revigoradas para poderem captar a sua complexidade crescente” (ESTANQUE, 2005a, p.18).

## **MATERIALISMO HISTÓRICO<sup>6</sup>, CONTRADIÇÕES E CONFLITO NO MARXISMO CLÁSSICO**

O marxismo enquanto teoria da história<sup>7</sup> apresenta-se como um dos pontos mais criticados da história da crítica ao marxismo. Sumariamente, Marx e Engels apresentam uma “história [escrita] de toda a sociedade até aqui”<sup>8</sup> como “a história da luta de classes” (1999, p.36), a qual terá passado por diferentes estádios de desenvolvimento das *forças e relações sociais de produção*. Assim, iniciando-se no *comunismo primitivo*, onde o antagonismo classista estaria ausente, a humanidade evolui para o *modo de produção antigo*, marcado pelo antagonismo que contrapõe *senhor e escravo*. Ultrapassado este estado, atinge-se a *ordem feudal*, onde o conflito entre *senhor feudal* e *servo* se apresenta como motor da história. Posteriormente, o *modo capitalista* é marcado pelo antagonismo entre *burgueses* e *proletários*, e do confronto entre eles sairão as bases para o *modo de produção socialista*, ou seja, o fim da história onde os antagonismos de classe desaparecerão.

O que marca cada *modo de produção* é uma determinada forma de apropriação do *sobretabalho* ditada por um desenvolvimento específico das *forças e relações sociais de produção*. Sendo estas últimas enormemente desequilibradas, cada *modo de produção* produz duas grandes *classes sociais* – detentor e não

---

proposta mas rejeita-se que se continue a chamar-lhe *marxismo* pois Marx torna-se um entre outros autores importantes para a compreensão crítica do mundo.

<sup>6</sup> Para uma apresentação mais detalhada do *materialismo histórico e dialético* marxista, cf. Marx e Engels (1999, 2008) e Engels (2008).

<sup>7</sup> Sobre a teoria da história como um dos *três vértices* do marxismo, cf. Wright (1994).

<sup>8</sup> Escrito originalmente em 1848.

detentor dos *meios de produção* definidos através da *divisão social do trabalho* assente na relação dos sujeitos com a *propriedade privada* – com interesses contraditórios, e logo, em permanente conflito. Segundo Wright (1983, p.9),

para o marxismo, o conceito de classe ocupa um lugar central nas explicações do conflito social e na dinâmica histórica da mudança social. Ele constitui o elemento conceptual basilar para estabelecer ligações entre as micro-condições da acção e da subjectividade individuais e a macro-teoria das transformações sociais estruturais.

Sumariamente, “na obra de Marx, as classes definem-se pelas relações sociais antagónicas existentes no sistema de produção, que permitem a exploração de certos agentes por outros, em virtude das relações de propriedade que os interrelacionam” (WRIGHT, 1983, p.13).

No seio de cada modo de produção, duas *contradições fundamentais* existem. Por um lado, a tensão que opõe as *duas classes centrais em conflito*, que, no capitalismo, são apresentadas como sendo a *burguesia* e o *proletariado*. Por outro lado, a contradição entre as *forças produtivas* e as *relações sociais de produção*, em que as primeiras se desenvolvem muito mais rapidamente do que as segundas. Apesar de grande parte dos herdeiros de Marx se focarem quase exclusivamente na primeira (a *luta de classes*), a segunda contradição é plausivelmente mais importante no modelo marxiano clássico: é aqui que surge toda a força da herança hegeliana *dialéctica*, cada modelo de produção esgotando as suas possibilidades de existência somente quando as *forças produtivas* se desenvolvem a um nível tal que as *relações sociais de produção* deixam de as conseguir acompanhar. Face a esta *décalage*, a única possibilidade de um reequilíbrio entre ambas as dimensões passa pela realização de uma *revolução*, *i.e.*, por um grande salto qualitativo e quantitativo em direcção ao modo de produção seguinte – no caso presente, em direcção ao *socialismo*. Para Marx (2008a, p.547),

uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução.

Segundo Burawoy (2000, p.157-158),

a interacção de forças e relações de produção contém o segredo escondido da história. A interacção governa a sucessão de diferentes modos de

produção determinando, em primeiro lugar, a ascensão e queda de cada modo de produção individual e, em segundo lugar, a transição de um modo de produção para outro. O que une ambos os processos é a inelutável expansão das forças de produção.

As duas *contradições* fundamentais interpenetram-se, não podendo os capitalistas “deixar de transformar a organização social” por estarem “empenhados numa concorrência inexpiável” que os leva a não poderem “deixar de aumentar os meios de produção, aumentando ao mesmo tempo o número dos proletários e a sua miséria” (ARON, 2007, p.147). Portanto, à medida em que aumentam e se desenvolvem os *meios de produção*, verifica-se a tese da *pauperização* e da *proletarização*, juntando-se cada vez mais indivíduos (e grupos) às fileiras de um *proletariado* crescentemente empobrecido.

Apesar de Marx, particularmente nos seus estudos históricos específicos (2008b, 2008c), reconhecer a pluralidade de classes sociais (*de transição*) existentes, o *modus operandi* de cada modo de produção, do capitalismo em particular, leva à *bipolarização tendencial* das classes e, por conseguinte, à *luta de classes*. Para Marx e Engels (1999, p.37),

a nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se cada vez mais, em dois campos inimigos, em duas grandes classes que directamente se enfrentam: burguesia e proletariado”.<sup>9</sup>

Se isto é já uma noção *determinista*, a obrigatória superação de um estágio por outro, segundo o *materialismo histórico e dialéctico* – baseada nos antagonismos sociais que impulsionam uma sociedade para a sua autodestruição através de uma revolução que porá fim ao carácter antagónico das sociedades humanas –, é-o mais ainda. Contudo, apesar deste *determinismo* e da *abstracção* dos seus estudos de carácter mais filosófico, Marx afirma que cada regime sócio-histórico tem uma estrutura social própria, da qual decorrem regras de funcionamento específicas (*i.e.*, o *feudalismo* distingue-se claramente do *capitalismo* e este do *socialismo*).

Através de uma consideração apriorística, que não pode deixar de ser filosófica e não histórico-sociológica, Marx vai considerar que *cada estágio do materialismo histórico contém em si vestígios dos estádios anteriores*, motivo pelo

<sup>9</sup> Tal como Orwell (2003, 2007) nos mostrou na sua análise da Guerra Civil Espanhola, a premissa de que em caso de conflito há apenas dois lados, posicionando-se os grupos sociais ora de um ora de outro dos lados, não se verifica obrigatoriamente. As cisões internas dos anti-franquistas são a prova disto.

qual os seus estudos se centrarão exclusivamente na *ordem capitalista*, percebida como estágio mais avançado do desenvolvimento da humanidade. Segundo o autor,

as relações de produção burguesas são a última forma antagónica do processo social da produção, antagónica não no sentido de antagonismo individual, mas de um antagonismo que decorre das condições sociais da vida dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a resolução deste antagonismo. Com esta formação social encerra-se, por isso, a pré-história da sociedade humana (MARX, 2008a, p.547).<sup>10</sup>

Por via desta conceptualização, ao observar a luta de classes na sociedade capitalista, Marx vai descobrir nas diferentes sociedades históricas o seu equivalente funcional. Isto denota uma enorme dificuldade marxiana em analisar outros espaços-tempo nos seus próprios termos: todo o mundo sócio-histórico-geográfico é visto através dos padrões cognitivos e epistemológicos do *seu* espaço-tempo.<sup>11</sup>

Para Wright e Burawoy, o marxismo

é uma teoria social elegante, enormemente atractiva para pessoas comprometidas com a agenda moral e política de um futuro igualitário, democrático e socialista. Visto que lutas pela mudança social são sempre assuntos difíceis, particularmente se aspiramos a transformações fundamentais das estruturas sociais, ter a confiança que as “forças da história” estão do nosso lado e que eventualmente o sistema contra o qual lutamos será insustentável, dá um encorajamento enorme (2001, p.466).

Ora, isto não é só o caso do marxismo mas o de todos os projectos modernos: todos crêem ter as forças da história do seu lado, crêem que a transformação que procuram infligir sobre o mundo é não só possível como inevitável e procuram justificação científica para os seus projectos.

---

<sup>10</sup> Portanto, a pré-história das sociedades humanas é, para Marx, tudo o que veio antes do *capitalismo* e a história começará com o *socialismo*, tendo o presente *modo de produção capitalista* um carácter transitório. O carácter eurocêntrico da afirmação é notório: o processo sócio-histórico é cumulativo e unilinear, havendo uma melhoria real das condições de vida humanas ao longo dele. Para mais, pressupondo-se algo como um *final do processo* (ou fim da história), pressupõe-se que algo semelhante a um paraíso na Terra poderá surgir, onde todos os antagonismos foram eliminados, onde todas as desigualdades de poder desapareceram, onde a modernidade se realizou na sua plenitude e resolveu todos os problemas que se propôs resolver.

<sup>11</sup> Esta dificuldade em observar os espaços-tempo fora da modernidade europeia nos seus próprios termos e não nos da própria modernidade eurocentrada é bem visível nos escritos de Marx sobre a Índia, onde tudo o que não era cognitivamente compreensível pelo *episteme* eurocentrado foi tornado invisível e não foi considerado digno de nota por Marx. Cf. Marx (2008d, 2008e).

## EUROCENTRISMO MARXISTA E CRÍTICA CONSTRUTIVA DO MARXISMO

Na obra de Marx há um predomínio patente do paradigma historicista/desenvolvimentista, que se traduz na construção de um metarrelato totalizador do processo histórico como desenvolvimento regido por leis imanentes e orientado para um fim predeterminado na sua origem (o comunismo como realização do universal humano) (LOPEZ, 1992, p.84).

Face a este *determinismo histórico* e à *redução de todo o conflito à luta bipolarizada entre burguesia e proletariado*, para Lander, “o marxismo, a crítica mais radical à sociedade capitalista não escapa do eurocentrismo e do colonialismo característico dos saberes modernos hegemónicos” (2007, p.7). Afinal de contas, o lugar geopolítico e temporal de onde provém o conhecimento faz com que todo ele seja parcial, contextual e situado (WALLERSTEIN, 1997; WALLERSTEIN *et al.*, 2002; MIGNOLO, 2003; LANDER, 2007; DUSSEL, 2009; GROSGOUEL, 2009; MALDONADO-TORRES, 2009). Assim é o caso de Marx, claramente situado no espaço-tempo europeu do século XIX.

Contudo, isto não retira importância à teoria marxista enquanto conjunto de ferramentas para compreender o mundo moderno. Pelo contrário, somente torna mais fulcral a realização da *crítica construtiva do marxismo* como forma de o readaptar no sentido da sua democratização; como meio de o tornar mais abrangente social e epistemologicamente. Isto implica forçosamente o reconhecimento da *multiplicidade de perspectivas dentro do pensamento de Marx*, mas também – e principalmente – a consciência clara de que *o marxismo clássico se distingue fundamentalmente do dogma marxista simplificado*. Desta forma, temos de abordar o marxismo na sua complexidade e rejeitar, assim, todas as vulgatas que nele se apoiaram.

Um dos principais problemas que podemos imputar a Marx é precisamente o facto deste estar piamente convencido de que todo o seu trabalho possui um *carácter científico* proveniente da sua vasta documentação e da demonstração da validade universal das suas teses (LANDER, 2007, p.11). Todavia, nem todo o marxismo é científico, surgindo os juízos de valor e de facto, para adoptar os termos weberianos,<sup>12</sup> constantemente lado a lado ao longo da sua obra, que revela, muitas vezes, um carácter messiânico e pouco analítico. Bastante mais relevante do que esta constatação é o facto de que tal acientificidade pontual não retira nenhuma

---

<sup>12</sup> Sobre a distinção entre juízos de facto e juízos de valor, *cf.* Weber (2004, 2005).

validade ao pensamento marxiano enquanto fonte de crítica e busca de emancipação. Para mais, esta crítica, se bem que em diferentes graus, pode ser apontada a toda a ciência social.

Não obstante, o actual reconhecimento dos inúmeros limites da modernidade e o facto de Marx ser um filho da modernidade por excelência leva a que

muitas das principais ideias-força sobre as quais se constrói o [seu] edifício teórico, as ideias mais significantes e apaixonadas do século XIX (progresso; ciência; desenvolvimento progressivo das forças produtivas; industrialismo; verdade e felicidade através da abundância) [tenham ido] por água abaixo (LANDER, 2007, p.12).

Marx critica as formas de conhecimento da sociedade capitalista por naturalizarem as relações de dominação, mas a sua própria teoria não deixa por isso de ser positivista: é uma crítica eurocêntrica ao modelo dominante eurocentrado. O esforço marxiano de tornar a sua teoria científica denota uma vontade de legitimação por via dos critérios epistemológicos hegemónicos do mesmo sistema capitalista moderno que procura criticar. Adicionalmente, toda a teoria de Marx é um exercício em busca da Verdade científica na análise da sociedade capitalista, não se libertando o autor do *episteme* eurocentrado focado numa objectividade positivista assente na dicotomia verdade/falsidade. O facto de considerar uma verdade diferente da das teorias eurocentradas não críticas, sendo claramente um ponto importantíssimo, não invalida o seu próprio eurocentrismo positivista.

O *determinismo* é claro, demonstrando Marx a mesma confiança absoluta no *progresso* que os seus contemporâneos acrícticos, vendo o *desenvolvimento* das *forças produtivas* como gerador de bem-estar; fá-lo somente à sua própria maneira, inserindo a necessidade de uma *revolução proletária* no processo pelo qual esse bem-estar seria alcançado. A *unilinearidade histórica* marxiana subalterniza ao espaço-tempo europeu hegemónico todos os outros. Para Lander,

o marxismo, na medida em que assume uma filosofia da história, constrói um metarrelato de História Universal nitidamente eurocêntrico. A sucessão histórica de modos de produção (sociedade sem classes, sociedade escravagista, sociedade feudal, sociedade capitalista, sociedade socialista) postula uma versão da História Universal, a partir de sua interpretação da história paroquial europeia (2007, p.18).

Confirmando esta opinião, Wallerstein afirma que

Marx aceitou o universalismo na medida em que aceitou a ideia de uma marcha histórica inevitável em direcção ao progresso, com a sua antropologia linear. Os seus modos de produção pareciam alinhados, como estudantes – por altura, isto é, de acordo com o grau de desenvolvimento das forças de produção. (Isto é de facto a fonte do agudo embaraço provocado pelo conceito de modo de produção asiático,<sup>13</sup> que parecia desempenhar o papel de um estudante indisciplinado que se recusava seguir as regras e alinhar-se convenientemente) (1998a, p.125-126).

Para mais, o *reducionismo* opera através da subordinação de todos os problemas sociais ao grande problema económico que confronta *burguesia* e *proletariado*, levando à invisibilização de várias outras formas de desigualdade e injustiça sociais (de género, culturais, étnicas, etárias, etc.). Obviamente, não se procura invalidar a importância das desigualdades económicas na estrutura de poder do sistema capitalista moderno, mas também não é possível eliminar todos os outros factores de hierarquização que nele estão em jogo. Assim, o capitalismo é um sistema tanto económico como político, cultural e epistemológico, sendo a interdependência total destas dimensões que permite a sua adaptabilidade e reprodução sistémica. Deste modo, os factores económicos, geopolíticos e cognitivos apresentam-se com igual importância para entender este modo de produção. Não compreender estas ligações é fazer uma crítica eurocêntrica do eurocentrismo, na medida em que as partições do Real eurocentradas dos séculos XVIII e XIX – político/económico/social, civilizado/primitivo, Ocidente/Oriente, Norte/Sul, branco/negro, homem/mulher, sujeito/objecto, cultura/natureza, etc. – permanecem inquestionáveis (MIGNOLO, 2003; QUIJANO, 2005; GROSGOUEL, 2009; QUIJANO, 2009).

Esta redução do Real é-nos transmitida por Engels, para quem “o comunismo é a doutrina das condições da libertação do proletariado” (2008, p.89). Portanto, (i) por um lado, o marxismo clássico não visa a libertação de todos os oprimidos; (ii) por outro lado, produz como ausentes todos os *oprimidos não proletários*, i.e., recorrendo aos termos de Olin Wright (1994), reduz todos os *oprimidos* a *explorados*, ou mais precisamente, desconsidera todos os que não são *explorados assalariados*. Desta forma, o marxismo clássico cria uma falsa simbiose entre justiça de distribuição e justiça de reconhecimento, transformando filosoficamente toda a

---

<sup>13</sup> Sobre o modo de produção asiático, cf. Marx (2008a).

*injustiça distributiva*<sup>14</sup> em *injustiça de reconhecimento*,<sup>15</sup> obscurecendo todas as injustiças de distribuição que são opressivas sem serem exploradoras e eliminando todas as injustiças de reconhecimento que não têm uma dimensão de injustiça distributiva. Recorrendo à crítica que Maldonado-Torres (2009, p.339) faz ao paradigma moderno eurocentrado mais vasto, é possível considerar que também no caso concreto do marxismo clássico é notório um *esquecimento dos condenados*, realizado através da centralidade absoluta dada à exploração do proletariado, que não pode deixar de ter no reverso da medalha o obscurecimento de todos os outros oprimidos. Sendo a redução das desigualdades sociais às desigualdades económicas concomitante com a redução destas últimas à relação capital/trabalho assalariado – duas premissas empiricamente nunca verificáveis –, o proletariado surge como negativamente privilegiado. Todavia, para Wallerstein, “visto que os salários são um modo de trabalho relativamente dispendioso do ponto de vista da burguesia, é fácil perceber porque o trabalho assalariado *nunca* foi a forma de trabalho exclusiva, e até recentemente, nem sequer principal, na economia-mundo capitalista” (1998b, p.121). Para mais, a percentagem de assalariados face ao total da população trabalhadora sempre foi e continua a ser maior no Centro da economia-mundo do que na Periferia (WALLERSTEIN, 1998b, p.123).

Se aumentarmos o espectro analítico e incorporarmos outros factores, vemos que os sujeitos que se encontram na base da estrutura de poder social *não são os operários assalariados*, sendo estes até positivamente privilegiados face aos escravos negros e aos ameríndios seus contemporâneos (QUIJANO, 2005, 2009).

Nas palavras de Burawoy,

se, como Marx e Engels afirmam em O Manifesto Comunista, uma classe revolucionária é uma classe que “só tem a perder as suas correntes”, então, não seriam os trabalhadores do capitalismo organizado mas os miseráveis da Terra, o campesinato marginalizado da África, da Ásia e da América Latina, quem iria ganhar um novo mundo para si mesmo (2000, p.164).

Em Marx, “o controlo do trabalho é a base sobre a qual se articulam as relações de poder e, ao mesmo tempo, o determinante do conjunto e de cada uma delas” (QUIJANO, 2009, p.77). Não há dúvida de que o controlo do trabalho é uma das condições *sine qua non* do controlo do capitalismo mundial. Contudo, para Marx, o trabalho surge (tendencialmente) homogeneizado, ignorando-se a multiplicidade

<sup>14</sup> Sensação de privação relativa, ligada à dimensão económica (YOUNG, 2007, p.61).

<sup>15</sup> Sensação de insegurança ontológica, ligada às identidades e ao *status* (YOUNG, 2007, p.61).

de diferentes relações de produção e de formas de organizar a produção coexistentes (esclavagismo, servidão, dádiva, etc.) e fulcrais para que a relação capital/trabalho assalariado possa existir. Para Quijano,

o trabalho assalariado existe hoje, como no início da sua história, ao lado da escravidão, da servidão, da pequena produção mercantil, da reciprocidade. E todos eles se articulam entre si e com o capital. (...) O capitalismo abarca, e tem de abarcar, todo esse complexo e heterogêneo universo sob seu domínio (2009, p.81).

Segundo Wright e Burawoy, mesmo na sociedade moderna, “variedades de diferentes formas de exploração coexistem: estruturas de classe reais podem combinar aspectos de relações capitalistas, relações feudais, e até várias formas de relações de produção pós-capitalistas” (2001, p.472).<sup>16</sup> Para mais, a distribuição das populações pela estrutura de poder capitalista moderna não se reduziu nunca às relações em torno do trabalho, apesar de, em Marx, todas as outras relações de poder serem ignoradas ou subordinadas às *relações de produção* que, em si, se reportam somente a um “dos meios de poder: o controlo do trabalho e dos seus recursos e produtos” (QUIJANO, 2009, p.98-99). Como efeito latente desta redução das desigualdades de poder, a teoria marxista clássica acaba por naturalizar, também ela, o conjunto de desigualdades etárias, de género, étnicas, entre outras, que não se ligavam directamente às relações de produção. Em determinada medida, isto é assim porque parte da – bem presente em Marx – dicotomia Europa/não-Europa, em que a primeira é vista como o *ponto de chegada* e a segunda como o *ponto de partida* do processo sócio-histórico. Se assim é, então, a segunda pode logicamente ser ignorada em proveito do tipo ideal (ou idealizado) da primeira, que, tendencialmente, seria o estado de todo o mundo quando ocorresse a passagem das sociedades pré-capitalistas para as capitalistas (QUIJANO, 2009).

## DO SUJEITO HISTÓRICO AO SUJEITO METAFÍSICO

Se cada *modo de produção* é caracterizado por um *antagonismo de classe fundamental*, uma das *duas classes basilares em conflito* apresenta-se sempre como *sujeito histórico*, i.e., como a classe que carrega em si todas as contradições de um modo de produção específico na medida em que é sobre ela que elas são

<sup>16</sup> Cf. ainda Wright (1983, p.16-17).

projectadas. Deste modo, o *sujeito histórico* apresenta-se como a *classe* que se comportará como o grande impulsionador do movimento de mudança sócio-histórica. Portanto, no modelo marxista clássico, as revoluções pressupõem a existência de uma classe que seja capaz de se comportar como catalizador das aspirações gerais do povo e que esta classe confronte a que é naquele momento dominante (LOPEZ, 1992). Na passagem do *feudalismo* para o *capitalismo* terá sido a *burguesia* a desempenhar esta função, transformando profundamente todas as *relações sociais e forças produtivas* com que se deparava.<sup>17</sup> Contudo, chegada à posição dominante no modo de produção capitalista, segundo Marx, a burguesia cria as condições para o aparecimento do *proletariado como novo sujeito histórico* destinado a encaminhar o movimento da sociedade em direcção ao *socialismo*. Nas palavras de Marx e Engels, a *burguesia* “produz, antes de mais, o seu próprio coveiro. O seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (1999, p.48).<sup>18</sup>

Uma nova redução do Real está aqui patente. O *sujeito histórico* marxiano assenta epistemologicamente na dicotomia *sujeito/objecto* na medida em que é apresentado por Marx como elemento *activo* que opera sobre a passividade de todos os outros grupos dominados pelo único foco de actividade capitalista, a burguesia. Para mais, ao apresentar ao *proletariado* como *sujeito histórico*, Marx tem presente o caso europeu – ou, concretamente, o caso dos operários urbanos ingleses – o que leva à invisibilização de todos os outros actores. Onde estão as mulheres? Onde estão os ameríndios? Onde estão, enfim, todos os que não são homens, brancos, heterossexuais e trabalhadores industriais? O *sujeito histórico* surge como modo de ancorar a metanarrativa marxista clássica num sujeito

---

<sup>17</sup> O enaltecimento feito por Marx e Engels – nas primeiras páginas do *Manifesto Comunista* (1999) – da revolução das estruturas sociais mundiais levada a cabo pela burguesia é um claro indicador do carácter moderno eurocentrado dos autores, que realçam a imposição da Europa sobre o mundo como um feito benéfico para todas as regiões do globo pela eliminação de todos os laços de poder não assentes na economia. Apesar dos estudos históricos específicos de Marx, como *As lutas de classes em França de 1848 a 1850* (MARX, 2008b) ou *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte* (MARX, 2008c) darem conta da pluralidade de estruturas de poder e grupos sociais ainda existentes na Europa do século XIX, os trabalhos mais abstractos apresentam a sociedade capitalista como uma realidade já acabada, *i.e.*, partem do pressuposto de que, por todo o globo, as relações sociais existentes antes do processo de hegemonização capitalista teriam já desaparecido, o que era falso na Europa como no resto do mundo, no século XIX como no século XXI. Isto tem como consequência a ausência do escravagismo, das relações de dependência feudal, *etc.*, no modelo marxista clássico.

<sup>18</sup> Ideia que é claramente determinista. Mas há alguma coisa que seja *inevitável* no mundo? Não é por algo ser *previsível com justiça (ou justeza)* que se torna *inevitável*. E no caso do *proletariado como sujeito histórico*, nem a previsibilidade – tal como se tem confirmado recorrentemente desde Marx – era justificável.

epistemológico, moral e social específico que, pela sua centralidade, obscurece grande parte da história dos oprimidos do mundo.

Para Quijano, o conceito de *sujeito histórico* pura e simplesmente não faz sentido, remetendo para “um certo olhar teleológico da história [, para] um ‘sujeito’ orgânico ou sistémico portador do movimento respectivo, orientado numa direcção já determinada. Tal ‘sujeito’ só pode existir em qualquer caso, não como histórico, mas, pelo contrário, como metafísico” (2009, p.103). Portanto, é na noção de *sujeito histórico* que a *unilinearidade* e o *determinismo* da teoria de Marx encontram ancoragem num grupo social concreto, tendencialmente produzido pelo autor como homogéneo. A perspectiva é *teleológica*, pois ignora os factores de poder sócio-históricos pelos quais determinado grupo, determinado *sujeito*, graças à sua posição no sistema-mundo, tem condições para efectuar determinado movimento histórico. O *sujeito histórico* marxista é, essencialmente, um salto de fé e não o resultado de uma análise cuidada do processo histórico do sistema mundo colonial/moderno e capitalista.<sup>19</sup> Adicionalmente, um tal sujeito colectivo só pode existir pela articulação de elementos heterogéneos em condições muito específicas e com vista a fazer face a necessidades muito particulares: nunca podemos estar a falar de um *proletariado homogéneo* mas, eventual e hipoteticamente, de diferentes grupos diferentemente oprimidos que se juntam numa luta emancipatória concreta (WATERMAN, 2002; SANTOS e COSTA, 2004; WATERMAN; 2004; ESTANQUE, 2005a; COSTA, 2006; QUIJANO, 2009). Ao contrário da teorização marxista clássica, segundo a qual, pelas teses da *pauperização*, do *engrossar das fileiras do proletariado* e da *homogeneização*,<sup>20</sup> os trabalhadores vão, progressivamente, desenvolvendo uma *consciência de classe* que lhes permite realizar a passagem de uma *classe-em-si* para uma *classe-para-si*, o *sujeito histórico* não é formado pela *consciência de*

<sup>19</sup> Lopez (1992, p.140) afirma que o *proletariado enquanto sujeito histórico* representa uma *invenção filosófica* apresentada por Marx neste papel central antes do autor ter realizado a esmagadora maioria do seu trabalho documental/empírico e reflexão. Como tal, tornou-se num ponto-chave do raciocínio de Marx que permaneceu sempre intocado pelo próprio no decurso do seu trabalho.

<sup>20</sup> Para além do facto de nem o desaparecimento das *classes intermédias* nem o aumento da *classe operária industrial* se terem verificado, no marxismo clássico está ausente que há grupos que não tiveram nem têm quaisquer hipóteses de se tornar *proletários* (escravos ou ameríndios, no século XIX; os elementos da *underclass*, actualmente). *Proletarização* pode ter somente existido num sentido muito particular: no longo tempo capitalista operou-se realmente uma enorme conversão do trabalho não remunerado em assalariamento (apesar de nunca se ter eliminado o anterior), *i.e.*, grande parte dos escravos, servos, *etc.*, foram transformados em assalariados, apesar disto não ter levado à bipolarização tendencial da luta de classes nem à homogeneização das classes trabalhadoras assalariadas. Do mesmo modo, as classes médias, que não a burguesia e o proletariado, demonstraram não ser transitórias. (WALLERSTEIN, 1998b, p.121).

*classe*<sup>21</sup> mas sim pela *consciência das necessidades pontuais partilhadas*. Não há grupos destinados a conduzir o processo de mudança social; o que há são mudanças provenientes dos jogos relacionais entre indivíduos e grupos (e o resultado final nunca é exactamente o que nenhum deles aprioristicamente espera).<sup>22</sup> Não pode haver *sujeito histórico* sem uma visão determinista da história – sem determinismo há actores-protagonistas contextuais mas não grupos como que predestinados a ocupar lugares proeminentes predeterminados numa forma de organização social que é genericamente previsível aprioristicamente.

Se não há um *sujeito histórico*, não faz também sentido perceber a emancipação como algo que está predefinido *a priori*. Em Marx, emancipação significa seguir o exemplo europeu moderno. Para o autor, quer na Europa, quer no resto do mundo, só pode haver emancipação seguindo o caminho em direcção a um *socialismo que realize a modernidade como projecto eurocentrado*. Nos seus escritos sobre a Índia, Marx nunca considera a possibilidade de trajectórias emancipatórias alternativas a um desenvolvimento do capitalismo até que este esgote as suas possibilidades de desenvolvimento (2008d, 2008e). A *revolução proletária global* é vista como algo que ocorre por etapas, iniciando-se nos Estado-Nação desenvolvidos do Ocidente Norte e expandindo-se para todos os outros (MARX e ENGELS, 1999). A possibilidade de revoluções emancipatórias que provenham do Sul e contagiem o Norte, ou que se iniciem democraticamente sem se aterem a fronteiras políticas não é nunca perspectivada. Se rejeitamos a noção de *revolução dirigida pelo sujeito histórico*, temos de *aceitar obrigatoriamente a possibilidade de modificações substantivas que sejam orientadas por cânones alternativos ao marxista clássico*.

---

<sup>21</sup> Novo salto de fé de Marx que, empiricamente, nunca se verificou nos termos propostos pelo autor. A perspectiva marxiana sobre a passagem da classe-em-si para uma classe-para-si tem sido repetidamente demonstrada como errada: a dissociação entre condição de classe e consciência de classe é considerável (ESTANQUE, 2003).

<sup>22</sup> Sobre esta visão do processo de mudança sócio-histórica como fruto de uma pluralidade de inter-relações nas quais todos os actores em jogo têm uma ideia acerca do resultado da interacção em que se encontram envolvidos mas em que nenhum deles tem uma noção sobre o resultado final que decorrerá de todas as interacções, o que leva a que este resultado final seja algo imprevisível e nunca exactamente aquilo que um actor em particular desejou, cf. Elias (1997, 2004, 2005).

## A VALIDADE ACTUAL DE ALGUMAS DAS TESES DO MARXISMO CLÁSSICO

O facto do marxismo clássico ser passível de críticas não significa que ele não possua valor heurístico para a compreensão do mundo capitalista actual. Do mesmo modo, várias das suas previsões mostraram estar correctas – mesmo que algumas estivessem claramente incompletas. Mais ainda do que isto, segundo Wallerstein (1998a), parte das hipóteses do marxismo clássico que são recorrentemente apresentadas como erradas estavam, pelo contrário, correctas. Apesar de no Ocidente Norte as teses da bipolarização e da pauperização das classes negativamente privilegiadas não se terem verificado (antes se verificou o contrário), isto não quer dizer que a hipótese estivesse incorrecta:

assim ocorreu uma espécie de abandono não planeado e desordenado [pelo Ocidente, no Ocidente e pensando sobre o Ocidente] de uma das mais perspicazes intuições que o nosso Marx teve, pois Marx era bastante mais astuto sobre a longue durée do que nós lhe damos muitas vezes crédito. O facto é que a polarização é uma hipótese historicamente correcta e não falsa, e podemos demonstrá-lo empiricamente, desde que usemos como unidade de cálculo a única entidade que realmente importa para o capitalismo, a economia-mundo capitalista. Dentro desta entidade houve, ao longo de quatro séculos, uma polarização de classes não somente relativa mas até absoluta (WALLERSTEIN, 1998a, p.127-128).

Portanto, ocorreu uma bipolarização material entre o Ocidente Norte e o resto do globo, ou, em termos eventualmente mais correctos na actualidade, entre os espaços, indivíduos e grupos considerados globais e aqueles que são percebidos como locais ou localizados. Ainda segundo Wallerstein, “o facto de os trabalhadores qualificados num país ocidental estarem melhor do que *os seus* antepassados diz pouco sobre os padrões de vida de um trabalhador não qualificado em Calcutá hoje, para não falar dos de um trabalhador agrário ocasional peruano ou indonésio” (1998a, p.129).

Concordando em linhas gerais com Wallerstein, duas coisas devem ser referidas. (i) Primeira, dado que estas linhas foram por ele originalmente escritas na segunda metade da década de 1980, falham a análise da moderna sociedade ocidental, onde a situação dos trabalhadores actuais já não é forçosamente melhor do que a dos seus pais, essencialmente devido à cada vez menor possibilidade de realização de trajectórias de mobilidade inter-geracional ascendente, apontando a tendência para o agravamento das desigualdades inter-geracionais no futuro, tendo

os pais que conheceram o Estado Social níveis de bem-estar consideravelmente melhores do que os filhos que cresceram após a inflexão neoliberal. Mais ainda, se a profunda reestruturação das esferas do trabalho<sup>23</sup> e da cidadania<sup>24</sup> orientada pelo paradigma neoliberal levou à proliferação das desigualdades e exclusões sociais de vários tipos (de género, de rendimento, geográficas, etc.) por todo o globo, o mesmo ocorreu também no seio do próprio Ocidente Norte, marcado modernamente por uma estrutura social fragmentada e mais vulnerável que torna a multidimensionalidade das desigualdades de poder uma realidade ainda mais inegável que no tempo de Marx.<sup>25</sup> (ii) Segunda, a verificação da hipótese da bipolarização da riqueza (e logo, da pauperização) – claramente constatável – não implica nem implicou uma decorrente bipolarização do conflito, em parte porque não se verificou a tese marxiana da *formação de consciência de classe* que é, no marxismo clássico, a condição *sine qua non* da transformação da bipolarização da riqueza/pauperização em bipolarização do conflito. Para Arrighi e Silver (2000, p.53), um dos paradoxos do nosso tempo é precisamente o facto do aumento mundial dos trabalhadores assalariados ser simultâneo com o *declínio exponencial da consciência de classe trabalhadora*.<sup>26</sup>

Segundo Burawoy (2000, p.159), Marx e Engels estavam inteiramente correctos quando afirmavam que o capitalismo que conheceram não podia sobreviver: ele realmente não sobreviveu. Contudo, ele readaptou-se drasticamente

<sup>23</sup> Flexibilização das contratações, despedimentos, horários, rendimentos e locais de trabalho que dita a proliferação de diversas formas de subemprego e do desemprego estrutural. Nas palavras de Santos, “novos conceitos de produção reclamam a flexibilização da relação salarial, a segmentação, a fragmentação e diversificação da força do trabalho, e a conseqüente deslocação do centro de gravidade das relações capital-trabalho da macroconcertação para a micronegociação da empresa. O Estado procura retirar-se e os empresários e gestores ganham poder de iniciativa na gestão da produção” (2006, p.355).

<sup>24</sup> Desmantelamento do Estado Social que dita a proliferação da incapacidade de acesso a bens e serviços anteriormente percebidos como direitos socioeconómicos inalienáveis.

<sup>25</sup> Cf. Esping-Andersen, (1993), Fitoussi e Rosanvallon (1997), Costa (1998), Castel (1999), Antunes (2000), Arrighi e Silver (2000), Estanque (2003), Ramalho e Santana (2003), Estanque (2004), Santos e Costa (2004), Estanque (2005a, 2005b), Harvey (2005), Costa (2006), Estanque (2006), Harvey (2006), Santos (2006), Estanque (2008, 2009), Harvey (2009).

<sup>26</sup> Em Estanque (2000), podemos observar a confirmação desta *ausência de consciência de classe* nos trabalhadores, indicada pelo facto dos operários da indústria portuguesa do calçado se posicionarem à direita (ou centro-direita) no espectro político-cultural. Recorrentemente, as classes populares operárias manuais têm posicionamentos mais conservadores e/ou liberais do que as novas classes médias (profissionais liberais, etc.), revelando-se estes últimos mais pró-emancipação» que os anteriores. Para mais, esta classe operária manual é marcada por comportamentos individualistas – assumindo estes operários contornos de *free riders* na sua relação com o movimento sindical –, o que suporta a hipótese de que a *consciência de classe não é empiricamente verificável*. Não havendo *consciência de classe*, não faz sentido pensar num *sujeito histórico operário*. Sobre o apoio generalizado das classes trabalhadoras norte-americanas ao governo Reagan, o que claramente trouxe prejuízos enormes para esses mesmos grupos, cf. Arrighi e Silver (2000).

várias vezes ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, tendo como *pontos-chave de viragem* a passagem do *capitalismo liberal/selvagem* para o *capitalismo organizado* e deste para o *capitalismo desorganizado neoliberal* (SANTOS, 1988).<sup>27</sup>

Nas palavras de Burawoy,

é precisamente a dinamização do capitalismo [analisada por Marx e Engels], a sua capacidade de se transformar, tanto no tocante às suas forças como às suas relações de produção, que o distingue do feudalismo e lhe permite sobreviver às crises que produz. Na verdade, as crises tornaram-se o veículo pelo qual o capitalismo se reestrutura.<sup>28</sup> Como Joseph Schumpeter iria mostrar, as crises não são só destruidoras mas também criativas. Noutras palavras, Marx e Engels não consideraram suficientemente sério o seu próprio relato da flexibilidade, adaptabilidade, criatividade do capitalismo. Em particular, eles não viram como as relações de produção – competição entre capitalistas, compromisso entre capital e trabalho – não eram fixas mas adaptáveis às novas tecnologias que elas estimulavam (2000, p.160).<sup>29</sup>

## NOTA FINAL: DO SUJEITO HISTÓRICO AO SUJEITO PLURAL

Chegados ao início do século XXI, constatamos que a união global dos trabalhadores (i) nunca se verificou e, (ii) a verificar-se, não equivaleria a uma união de todos os oprimidos. Por um lado, a divisão entre Norte e Sul continua a ser um dos principais obstáculos à formação de algo que se assemelhe à *consciência de classe* marxiana, em parte, porque impede a homogeneização das condições de vida dos trabalhadores (ARRIGHI e SILVER, 2000; SANTOS e COSTA, 2004; COSTA, 2006). Por outro lado, mesmo que a premissa anterior não se verificasse, continuariam de fora os oprimidos que se identificam enquanto tais através de outro eixo que não o da exploração derivada da relação capital/trabalho assalariado.

Por estes motivos e por todos os outros até ao momento discutidos, “apesar das conjecturas ou expectativas de Marx, não [existem] razões para supor que [a

<sup>27</sup> Dada a recuperação parcial dos princípios liberais que tem sido levada a cabo desde a década de 1970, e particularmente numa altura de crise profunda como esta, tal constatação da impossibilidade de sobrevivência do capitalismo que Marx e Engels conheceram deverá obrigar-nos a reflectir sobre as possibilidades de sobrevivência *deste* (e *neste*) *capitalismo*.

<sup>28</sup> Sobre a reestruturação contínua do capitalismo a partir das crises que ele próprio cria e gere, cf. Harvey (2005, 2006, 2009).

<sup>29</sup> Ou seja, entre outras coisas, Marx e Engels desconsideraram o papel estabilizador que o Estado poderia (e pôde) ter – durante o *welfare state* e a concertação tripartida –, nomeadamente protegendo o capitalismo das tendências disruptoras vindas de baixo (trabalhadores) e de cima (capitalistas), garantindo as condições para a reprodução sistémica capitalista a longo prazo.

classe trabalhadora assalariada] seja ou venha a ser o portador permanente e privilegiado do internacionalismo e da emancipação” (WATERMAN, 2004, p.355). Para mais, a classe trabalhadora industrial – o *proletariado típico-ideal* – não engloba nem nunca englobou todas as classes trabalhadoras, pelo que não pode ser considerada a sua essência (WATERMAN, 2004, p.356), na linha do que foi também postulado por Boaventura de Sousa Santos:

para além da classe operária descrita por Marx, as classes dominadas do mundo actual são agrupáveis em mais duas categorias, nenhuma delas redutível à classe-que-só-tem-a-perder-as-grilhetas. Por um lado, sectores consideráveis ou influentes das classes trabalhadoras dos países centrais, e até dos países semi-periféricos, que têm hoje mais a perder do que as grilhetas, mesmo que esse mais não seja muito mais, ou que seja mais simbólico do que material. Por outro, vastas populações do mundo que nem sequer têm grilhetas, ou seja, que não são suficientemente úteis ou aptas para serem directamente exploradas pelo capital e a quem, conseqüentemente, a eventual ocorrência de uma tal exploração soaria como libertação. Em toda a sua variedade, as coligações cosmopolitas [subalternas] visam a luta pela emancipação das classes dominadas, sejam elas dominadas por mecanismos de opressão ou de exploração (2005, p.74).

Para mais, dada a actual situação de crise da esfera do trabalho e a sua perda de exclusividade enquanto factor de agregação de interesses, identidades e lutas colectivas (COSTA, 1998; CASTEL, 1999; ARRIGHI e SILVER, 2000; WATERMAN, 2002; SANTOS e COSTA, 2004, ESTANQUE, 2005b; COSTA, 2006; ESTANQUE, 2006, 2008), torna-se insustentável continuar a ignorar teoricamente e na *praxis* a centralidade de que se revestem outros eixos de identificação e luta.<sup>30</sup> Reconheçamos, com Burawoy, que:

na economia moderna transnacional temos que repensar o próprio significado e a base da luta de classes, reconhecendo que o capitalismo agita o solo em que as classes podem ganhar raízes – quer falemos do local de trabalho quer da comunidade. A deslocação dos lugares convencionais também desloca as identidades convencionais. Mais ainda, o capitalismo já não homogeneiza a identidade (se é que alguma vez o fez) mas explora e recria heterogeneidades, diferenças, quer sejam étnicas, raciais ou de género. Estas identidades são fluidas e frágeis e, por conseguinte, apelam a uma política de posições que cosa cuidadosamente

<sup>30</sup> Segundo Estanque, “a classe deixou de ser “o” determinante da acção colectiva, pois a realidade social tornou-se mais complexa e as (...) clivagens dinamizadas em torno de fenómenos como a diferença sexual, étnica, racial, religiosa, etc., assumem-se (...) como campos de dinamização da identidade e da luta política que concorrem com a classe, embora geralmente se articulem com ela” (2005b, p.117).

alianças que ultrapassam fronteiras nacionais, em torno de questões como os direitos humanos e justiça ambiental ou até soberania local. Enquanto as sociedades civis se libertam do Estado e se voltam a ligar ultrapassando fronteiras nacionais através de diásporas étnicas e raciais, através de organizações não governamentais, através de assembleias globais [global assemblies], assim são criados novos terrenos de luta. O eixo de luta move-se da classe contra o Estado para o local contra o global (2000, p.172).

Desta forma, *a emancipação social real de todos os oprimidos do mundo tem de conciliar o movimento operário internacional com todas as outras lutas emancipatórias de outros grupos oprimidos*. Portanto, as lutas pela emancipação têm de conciliar vários movimentos em prol do final de várias formas de dominação, tornando-se a emancipação dos trabalhadores assalariados, no sentido que lhe é dado pelo marxismo clássico, claramente insuficiente (WATERMAN, 2002; SANTOS e COSTA, 2004; WATERMAN, 2004; ESTANQUE, 2005a, 2005b; SANTOS, 2005; COSTA, 2006). Contudo, *para esta emancipação global dos oprimidos, a herança marxista permanece fulcral*. Afinal de contas, talvez Burawoy tenha razão: “curiosamente, o Marxismo continua a regressar, como um cadáver permanentemente ressuscitado. Cada geração desenterra o seu próprio Marx” (2000, P.154). Talvez o Marx discutido ao longo deste ensaio seja o Marx possível para esta geração.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Fordismo, toyotismo e acumulação flexível. In: idem. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2000. p. 23-44.
- ARON, Raymond. Karl Marx. In: idem. **As etapas do pensamento sociológico**. Lisboa: Dom Quixote, 2007 [1965]. p. 141-215.
- ARRIGHI, G., SILVER, B. J. Workers North and South. **The Socialist Register**, vol. 37, p. 53-76, 2001.
- BURAWOY, Michael. Marxism after communism. **Theory and society**, n. 29, p. 151-174, 2000.
- CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COSTA, Hermes Augusto. Cenários de transformação laboral em final de século. **Oficina do CES**, n. 106, 1998.
- COSTA, Hermes Augusto. The old and the new in the new labor internationalism. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Another production is possible: beyond the capitalist canon**. London: Verso, 2006. p. 243-278.
- DUSSEL, Enrique. Meditações Anti-Cartesianas sobre a Origem do Anti-Discurso Filosófico da Modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 283-335.
- ELIAS, Norbert. **Envolvimento e distanciamento: estudos sobre sociologia do conhecimento**. Lisboa: Dom Quixote, 1997 [1990].
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Lisboa: Dom Quixote, 2004 [1987].
- ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005 [1970].
- ENGELS, Friedrich. Princípios básicos do comunismo. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Marx-Engels. Obras escolhidas em três tomos**. Tomo I. Lisboa: Edições Avante!, 2008 [1847]. p. 89-107.

ESTANQUE, Elísio. **Entre a Fábrica e a Comunidade**: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado. Porto: Afrontamento, 2000.

ESTANQUE, Elísio. O efeito classe média: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI. In: CABRAL, Manuel Villaverde et al. **Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça**. Lisboa: ICS/ISSP, 2003. p. 69-105.

ESTANQUE, Elísio. A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Trabalhar o Mundo**: os novos caminhos do novo internacionalismo operário. Porto: Afrontamento, 2004. p. 297-334.

ESTANQUE, Elísio. Análise de Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: em defesa da perspectiva compreensiva. **Oficina do CES**, nº 221, 2005a.

ESTANQUE, Elísio. Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 71, p. 113-140, 2005b.

ESTANQUE, Elísio. A questão social e a democracia no início do século XXI – Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo. **Finisterra**, vol. 55-56-57, p. 77-99, 2006.

ESTANQUE, Elísio. Diferenças sociais de classe e conflitualidade social. In: LAGES, Mário Ferreira, MATOS, Artur Teodoro de (Coords.). **PORTUGAL: percursos de interculturalidade**, vol. II – Contextos e Dinâmicas. Lisboa: ACIDI, p. 119-172, 2008.

ESTANQUE, Elísio. Trabalho e sindicalismo – os impactos da crise. **Finisterra – Revista de Reflexão e Crítica**, n. 65/66, p. 135-150, 2009.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. Mobility Regimes and Class Formation. In: idem. **Changing Classes**: Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies. London: Sage, 1993. p. 225-241.

FITOUSSI, Jean-Paul, ROSANVALLON, Pierre. A Nova Era das Desigualdades. In: idem. **A Nova Era das Desigualdades**. Oeiras: Celta, 1997. p. 41-69.

GROSFUGUEL, Ramón. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.), **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 383-417.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. New York: Oxford University Press, 2005 [2003].

HARVEY, David. Neo-liberalism and the restoration of class power. In: idem. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London, New York: Verso, 2006 [2005]. p. 9-68.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Bungay, Suffolk: Oxford University Press, 2009 [2005].

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.). **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

LOPEZ, Miguel Angel Cainzos. Marx como pensador decimonónico, La dialéctica de lo universal y lo particular y la invención mítica del proletariado revolucionário. In: idem. **Marxismo, posmarxismo e teoria de clases**. Dissertação de Doutoramento. Santiago de Compostela: Departamento de Sociología y Ciencia Política y de la Administración de la Universidad de Compostela, 1992. p. 83-90, 133-174.

MALDONADO-TORRES, Nélon. A topologia do Ser e a Geopolítica do Conhecimento. Modernidade, Império e Colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 337-382.

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Avante!, 1999 [1848].

MARX, K., ENGELS, F. Feuerbach. Oposição das Concepções Materialista e Idealista. MARX, K., ENGELS, F. **Marx-Engels. Obras escolhidas em três tomos**. Tomo I. Lisboa: Edições Avante!, 2008 [1845]. p. 17-88.

MARX, Karl. Prefácio. Para a Crítica da Economia Política. In: MARX, K., ENGELS, F. **Marx-Engels. Obras escolhidas em três tomos**. Tomo I. Lisboa: Edições Avante!, 2008a [1859]. p. 545-549.

MARX, Karl. As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850. In: MARX, K., ENGELS, F. **Marx-Engels. Obras escolhidas em três tomos**. Tomo I. Lisboa: Edições Avante!, 2008b [1850]. p. 210-327.

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX, K., ENGELS, F. **Marx-Engels. Obras escolhidas em três tomos**. Tomo I. Lisboa: Edições Avante!, 2008c [1852]. p. 430-528.

MARX, Karl. A Dominação Britânica na Índia. In: MARX, K., ENGELS, F. **Marx-Engels. Obras escolhidas em três tomos**. Tomo I. Lisboa: Edições «Avante!», 2008d [1853]. p. 529-535.

MARX, Karl. Resultados Futuros da Dominação Britânica na Índia. In: MARX, K., ENGELS, F. **Marx-Engels. Obras escolhidas em três tomos**. Tomo I. Lisboa: Edições Avante!, 2008e [1853]. p. 536-542.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da «ciência»: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**: 'Um Discurso sobre as Ciências' Revisitado. Porto: Afrontamento, 2003. p. 631-671.

ORWELL, George. **Homenagem à Catalunha**. Lisboa: Antígona, 2003 [1938].

ORWELL, George. **Recordando a Guerra Espanhola**. Lisboa: Antígona, 2007 [1938, 1943, 1949].

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

RAMALHO, José Ricardo, SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: \_\_\_\_\_. **Além da Fábrica** – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11-43.

SANTOS, Boaventura de Sousa, COSTA, Hermes Augusto. Introdução: para ampliar o internacionalismo operário. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Porto: Afrontamento, 2004. p. 17-61.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Social e o Político na Transição Pós-Moderna. **Oficina do CES**, n.1, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: idem (Org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2005 [2001]. p. 31-106.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A redescoberta democrática do trabalho e do sindicalismo. In: idem. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. Porto: Afrontamento, 2006. p. 351-369.

WALLERSTEIN, Immanuel. El EspacioTiempo como base del conocimiento. **Análisis Político**. n. 32, 1997, p. 1-15.

WALLERSTEIN, Immanuel. Marx and History: Fruitful and Unfruitful Emphases. In: WALLERSTEIN, I., BALIBAR, E. **Race, Nation, Class: Ambiguous Identities**. London, New York: Verso, 1998a [1988]. p. 125-134.

WALLERSTEIN, Immanuel. Class Conflict in the Capitalist World-Economy. In: WALLERSTEIN, I., BALIBAR, E. **Race, Nation, Class: Ambiguous Identities**. London, New York: Verso, 1998b [1988]. p. 115-124.

WALLERSTEIN, Immanuel et al. **Para abrir as ciências sociais**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002 [1996].

WATERMAN, Peter. O internacionalismo sindical na era de Seattle. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 62, 2002. p. 33-68.

WATERMAN, Peter. Emancipar o Internacionalismo Operário. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Porto: Afrontamento, 2004. p. 339-378.

WEBER, Max. A «objectividade» do conhecimento nas ciências sociais e em política social. CRUZ, Manuel Braga da (Org.). **Teoria sociológicas: os fundadores e os clássicos (antologia de textos)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 603-661.

WEBER, Max. **Três Tipos de Poder e outros escritos**. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

WRIGHT, Erik Olin. O que é *Neo* e o que é *Marxista* na análise *Neo-Marxista* das Classes?. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 12, 1983. p. 9-40.

WRIGHT, Erik Olin. Análise de classes, história e emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 40, 1994. p. 3-35.

WRIGHT, Erik Olin, BURAWOY, Michael. Sociological Marxism. In: TURNER, Jonathan (Ed.). **Handbook of Sociological Theory**. New York: Plenum Press, 2001. p. 459-486.

YOUNG, Jock. **The Vertigo of Late Modernity**. London: Sage, 2007.

Artigo:

Recebido em: 06/09/2010

Aceito em: 10/03/2011